


SEXUALIDADE HUMANA E PSICANÁLISE: HISTÓRIA, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO

HUMAN SEXUALITY AND PSYCHOANALYSIS: HISTORY, SUBJECTIVITY AND EDUCATION

SEXUALIDAD HUMANA Y PSICOANÁLISIS: HISTORIA, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN

 <https://doi.org/10.56238/arev8n4-032>

Data de submissão: 13/03/2026

Data de publicação: 13/04/2026

Francisca Oliveira de Araujo Braga

Mestre em Ciências de la Educación

Instituição: Universidad Autónoma del Sur (UNASUR)

E-mail: francisca.frances@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1945-7261>

RESUMO

A sexualidade humana constitui um campo complexo de disputas históricas, culturais e simbólicas, atravessado por discursos morais, religiosos, científicos e políticos que moldam corpos e subjetividades. Este artigo tem como objetivo analisar a construção histórica e psicanalítica do conceito de sexualidade humana, com ênfase na sexualidade infantil e em suas implicações para o campo educacional. Trata-se de um estudo de natureza teórica e bibliográfica, fundamentado em contribuições da historiografia da sexualidade, especialmente em Michel Foucault, Georges Duby e Michelle Perrot, articuladas à teoria psicanalítica freudiana. A análise evidencia que a sexualidade não pode ser reduzida a uma função biológica ou reprodutiva, configurando-se como dimensão constitutiva da vida psíquica, historicamente situada e culturalmente mediada. Ao reconhecer a existência da sexualidade infantil e sua centralidade na constituição subjetiva, a psicanálise rompe com concepções moralizantes e biologizantes, oferecendo subsídios para uma compreensão crítica das práticas educativas. Conclui-se que a articulação entre história, psicanálise e educação possibilita enfrentar silenciamentos, preconceitos e normatizações ainda presentes no campo educacional, contribuindo para a construção de abordagens mais reflexivas, inclusivas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Palavras-chave: Sexualidade Humana. Psicanálise. Sexualidade Infantil. Educação. Subjetividade.

ABSTRACT

Human sexuality is a complex field shaped by historical, cultural, and symbolic disputes, permeated by moral, religious, scientific, and political discourses that influence bodies and subjectivities. This article analyzes the historical and psychoanalytic construction of the concept of human sexuality, with emphasis on childhood sexuality and its implications for the educational field. It is a theoretical and bibliographic study grounded in contributions from the historiography of sexuality, particularly Michel Foucault, Georges Duby, and Michelle Perrot, articulated with Freudian psychoanalytic theory. The analysis demonstrates that sexuality cannot be reduced to a biological or reproductive function; rather, it constitutes a fundamental dimension of psychic life, historically situated and culturally mediated. By recognizing the existence of childhood sexuality and its centrality in subjective constitution, psychoanalysis breaks with moralizing and biologizing conceptions, offering

tools for a critical understanding of educational practices. The study concludes that articulating history, psychoanalysis, and education enables the confrontation of silencing, prejudice, and normalization still present in educational contexts, contributing to more reflective, inclusive approaches committed to the integral development of individuals.

Keywords: Human Sexuality. Psychoanalysis. Childhood Sexuality. Education. Subjectivity.

RESUMEN

La sexualidad humana constituye un campo complejo de disputas históricas, culturales y simbólicas, atravesado por discursos morales, religiosos, científicos y políticos que dan forma a los cuerpos y las subjetividades. Este artículo analiza la construcción histórica y psicoanalítica del concepto de sexualidad humana, con énfasis en la sexualidad infantil y sus implicaciones para el ámbito educativo. Se trata de un estudio teórico y bibliográfico, fundamentado en las contribuciones de la historiografía de la sexualidad, especialmente Michel Foucault, Georges Duby y Michelle Perrot, articulado con la teoría psicoanalítica freudiana. El análisis demuestra que la sexualidad no puede reducirse a una función biológica o reproductiva, configurándose como una dimensión constitutiva de la vida psíquica, históricamente situada y culturalmente mediada. Al reconocer la existencia de la sexualidad infantil y su centralidad en la constitución subjetiva, el psicoanálisis rompe con las concepciones moralizantes y biologizantes, ofreciendo fundamentos para una comprensión crítica de las prácticas educativas. Se concluye que la articulación entre historia, psicoanálisis y educación permite confrontar silencios, prejuicios y normalizaciones aún presentes en el ámbito educativo, contribuyendo a la construcción de enfoques más reflexivos e inclusivos, comprometidos con el desarrollo integral de las personas.

Palabras clave: Sexualidad Humana. Psicoanálisis. Sexualidad Infantil. Educación. Subjetividad.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade humana constitui um dos temas mais complexos e disputados da história das ideias, sendo atravessada por discursos morais, religiosos, científicos e políticos que, ao longo do tempo, moldaram tanto os corpos quanto as subjetividades (Foucault, 1988). Desde a Antiguidade clássica até a consolidação da moral cristã medieval, passando pelas transformações da modernidade, a sexualidade foi regulada por normas que estabeleceram limites, interditos e significados sociais específicos. Nesse percurso histórico, predominou uma concepção restritiva que associava a sexualidade prioritariamente à reprodução e à manutenção da ordem social.

A emergência da psicanálise, no final do século XIX, representou uma inflexão decisiva nesse cenário. Ao reconhecer a sexualidade como dimensão constitutiva da vida psíquica, presente desde a infância e não limitada à genitalidade ou à função reprodutiva, Sigmund Freud rompeu com concepções essencialistas e biologizantes. A sexualidade passou a ser compreendida como fenômeno complexo, atravessado por fantasias, desejos, pulsões e relações simbólicas, articulando-se de modo indissociável à cultura e à história.

Apesar da ampla difusão dessas ideias, observa-se que, no campo educacional, a sexualidade ainda é frequentemente tratada de forma fragmentada, normativa ou silenciada, desconsiderando suas bases teóricas e sua centralidade no processo de constituição subjetiva. Tal lacuna contribui para a persistência de abordagens moralizantes e pouco reflexivas, que dificultam o enfrentamento de preconceitos, violências e desinformações relacionadas à sexualidade.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a construção histórica e psicanalítica do conceito de sexualidade humana, com ênfase na sexualidade infantil e em suas implicações para a educação. Busca-se demonstrar que a psicanálise oferece fundamentos teóricos relevantes para uma compreensão crítica da sexualidade, capaz de subsidiar práticas educativas mais reflexivas, inclusivas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Para tanto, o texto está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentam-se os principais marcos históricos da sexualidade; em seguida, discute-se a sexualidade como construção social; posteriormente, abordam-se as contribuições centrais da psicanálise, com destaque para a sexualidade infantil; por fim, analisam-se as implicações desses fundamentos para a educação e para os debates contemporâneos.

2 FUNDAMENTOS DA SEXUALIDADE A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA

Na Antiguidade Clássica, a experiência da sexualidade não era definida por orientações identitárias modernas, mas sim pela valorização do impulso erótico e sua integração à ordem

sociopolítica. Enquanto a medicina de Hipócrates propunha a teoria dos dois sêmens para explicar a herança biológica mútua, Galeno reforçava essa simetria através do isomorfismo, sugerindo que os órgãos sexuais femininos eram versões internas dos masculinos. Nesse cenário, o ato sexual transcendia a mera função reprodutiva para ser compreendido como uma fonte de prazer legítima, desde que as práticas preservassem a hierarquia e o papel social do cidadão no mundo greco-romano.

A historiografia contemporânea da sexualidade, consolidada a partir da ruptura com o determinismo biológico e da ascensão da história das mentalidades, situa o corpo e o desejo como dispositivos centrais de saber e poder. Nesse campo, as experiências sexuais são compreendidas como construções discursivas que, ao longo do tempo, serviram para a manutenção de uma ordem social predominantemente patriarcal e masculina. O corpo feminino, especificamente, foi alvo de processos de normatização que o restringiram às funções de maternidade e vida doméstica, utilizando o casamento como a instituição privilegiada de controle e domesticação social (DUBY, 1993; PERROT, 1995). Autores como Michel Foucault (1988) reforçam que essa narrativa não operou apenas pela repressão, mas por meio de uma “vontade de saber” que transformou o sexo em discurso médico e pedagógico para melhor gerir a população e as condutas privadas.

Com a expansão do cristianismo, a sexualidade passou a ser rigidamente regulada. O sexo fora do casamento era considerado pecado, e o matrimônio era visto como medicina preventiva contra a imoralidade. Nos séculos XII e XIII, consolidou-se a visão de que o sexo deveria servir apenas à reprodução. Essa moralidade cristã perdurou por séculos, impondo silêncio e repressão sobre os corpos, constituiu-se uma sofisticada tecnologia de controle do corpo e da subjetividade.

Sob a perspectiva de Foucault (1988), essa transição nos séculos XII e XIII marca a consolidação de uma “economia dos prazeres” onde o casamento deixa de ser apenas um contrato social para se tornar um espaço de vigilância constante, mediado pela prática da confissão, que forçava o indivíduo a transformar o desejo em discurso. Para a historiografia de Duby (1993), essa imposição da finalidade reprodutiva foi o mecanismo central de domesticação da mulher, anulando sua agência e submetendo sua fisiologia à lógica patriarcal de linhagem e patrimônio. Portanto, o silêncio mencionado não era uma ausência de sexualidade, mas o resultado de um dispositivo de poder que patologizou o prazer fora das normas eclesíásticas, estabelecendo as bases para a medicalização do corpo feminino que ocorreria nos séculos seguintes.

A transição do poder pastoral para a *biopolítica* na obra de Michel Foucault revela que a regulação da sexualidade não se deu por um simples silenciamento, mas por uma complexa gestão da vida que deslocou a confissão religiosa para o exame médico e pedagógico. Enquanto o poder pastoral, herdado da tradição cristã, focava na individualização através da obrigatoriedade de se “dizer

tudo” sobre os desejos para a salvação da alma, a modernidade, a partir dos séculos XVIII e XIX, reconfigurou esse mecanismo em uma *anatomopolítica* do corpo e em uma *biopolítica* da população.

Nesse processo, a sexualidade deixou de ser apenas um problema de consciência individual para se tornar um objeto de utilidade pública e controle estatal, onde o Estado e a medicina passaram a intervir nos corpos para garantir a saúde e a produtividade social. Assim, a repressão mencionada pela “hipótese repressiva” é, na verdade, uma explosão de discursos que patologizou condutas e criou categorias de desvio, transformando o sexo em um segredo a ser gerido por especialistas, o que consolidou a transição de um regime de “soberania”, que decidia sobre a morte, para um regime de biopoder, que se encarrega de administrar e otimizar a vida (FOUCAULT, 1988).

A modernidade consolidou o que a historiografia foucaultiana denomina “cientifização do sexo”, um processo em que o antigo pecado da carne foi reconfigurado em categorias clínicas de degeneração e perversão. Sob a égide da sexologia emergente e da medicina das perversões, a sexualidade foi capturada por um discurso normativo que visava classificar e hierarquizar os indivíduos com base em suas práticas. Esse movimento, embora disciplinador, permitiu que a sexualidade passasse a ser compreendida como um fenômeno social e histórico, descolando-se da mera biologia para tornar-se uma identidade atravessada pela biografia e pela cultura, conforme apontam as análises sobre a construção da subjetividade moderna (FOUCAULT, 1988).

Nesse cenário, a psicanálise de Sigmund Freud operou uma ruptura fundamental ao introduzir o conceito de libido e reconhecer a sexualidade como uma pulsão que não se limita à genitalidade ou à reprodução. Ao postular que o prazer é um motor central da psique humana desde a infância, Freud subverteu a moralidade vitoriana e ofereceu ferramentas para que a sexualidade fosse vista como um direito inerente ao desenvolvimento do sujeito. Essa perspectiva psicanalítica permitiu à historiografia das mentalidades compreender como os desejos, outrora silenciados ou patologizados, constituem a base das narrativas individuais e das tensões entre o sujeito e a civilização (PERROT, 1995).

A grande transformação do século XX, especialmente a partir da década de 1960, materializou essas tensões em uma revolução sexual que dissociou definitivamente o ato sexual da procriação. A disseminação de métodos contraceptivos e a ascensão dos movimentos feministas e em prol da diversidade de gênero e sexualidade questionaram os tabus da domesticidade feminina e da heteronormatividade, exigindo que o prazer e a intimidade fossem reconhecidos como esferas de autonomia política. A historiografia contemporânea identifica esse momento como uma virada libertária, onde o corpo deixou de ser apenas um território de controle estatal ou médico para tornar-se um campo de afirmação de direitos e de diversidade identitária.

Consequentemente, a compreensão atual da sexualidade é o resultado de um longo processo de lutas por reconhecimento e pela despatologização das orientações e gêneros. O diálogo entre a história e a psicanálise revela que, se por um lado o poder continua a produzir discursos sobre o sexo, por outro, a agência dos sujeitos e as transformações culturais ampliaram o debate para além da reprodução, situando a sexualidade no cerne dos direitos humanos. Hoje, a sexualidade é entendida como uma construção plural, em que a biologia, a cultura e a história se entrelaçam para definir as múltiplas formas de existir e sentir no mundo contemporâneo.

3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E PSÍQUICA DA SEXUALIDADE

A sexualidade não pode ser compreendida meramente como a expressão de um instinto natural ou de uma função biológica universal. Ao contrário, ela se constitui historicamente como um dispositivo de saber e poder, um campo de forças onde processos sociais, culturais e simbólicos atribuem significados específicos aos corpos e aos desejos. Como aponta a historiografia das mentalidades, cada indivíduo é introduzido em uma “cultura da sexualidade” mediada por instituições – família, escola, igreja e medicina – que não apenas orientam comportamentos, mas produzem a própria subjetividade moderna. O que Duby (1993) descreve como a “domesticação” do corpo feminino no âmbito matrimonial exemplifica como essas instâncias agem para converter a carne em um território de controle político e social.

Durante um longo período, a cultura ocidental foi regida por um paradigma essencialista que concebia a sexualidade como uma verdade biológica imutável, destinada estritamente à reprodução e à heteronormatividade. Sob a hegemonia da moral cristã, o sexo foi enclausurado no silêncio do privado, e qualquer manifestação que escapasse ao padrão reprodutivo era rotulada como pecado ou desvio. Contudo, conforme analisa Foucault (1988), esse “silêncio” não significava ausência de atenção, mas sim uma vigilância constante: a passagem do poder pastoral para o biopoder médico-higienista transformou o desejo em um objeto de exame clínico, patologizando o prazer e naturalizando hierarquias de gênero que restringiam a mulher ao papel de mãe e esposa submissa.

A ruptura definitiva com essa visão restritiva veio com a psicanálise freudiana, que operou uma verdadeira revolução epistemológica ao desvincular a sexualidade da genitalidade reprodutiva. Freud demonstrou que a sexualidade é uma pulsão que se manifesta desde a infância, revelando a existência de uma vida sexual infantil rica e polimorfa. Ao propor que a subjetividade adulta é o resultado de um complexo desenvolvimento psíquico – marcado por repressões, deslocamentos e sublimações –, a psicanálise tornou insustentável a separação rígida entre a sexualidade “normal” e as ditas “perversões”. Estas últimas, longe de serem anomalias biológicas, revelam a autonomia do

desejo humano em relação às exigências sociais de normatização, provando que o prazer é uma dimensão constituída na tensão entre o sujeito e a cultura.

As abordagens construtivistas e a historiografia de autores como Michelle Perrot (1995) e Richard Parker (1991) aprofundaram essa crítica ao evidenciar que a experiência sexual é uma “ficção histórica” profundamente variável. No cenário brasileiro, Parker demonstra que a sexualidade é um campo plural, atravessado pela herança patriarcal, pela disciplina médica e por uma ideologia do erotismo que convivem em tensão constante. A persistência da dicotomia entre a atividade masculina e a passividade feminina, característica desse sistema, continua a estruturar desigualdades simbólicas que ultrapassam o binário homem-mulher. Assim, a sexualidade revela-se não como um dado da natureza, mas como um espaço de disputa, onde o reconhecimento do prazer como um direito e a desconstrução de tabus são fundamentais para o enfrentamento de preconceitos e para uma educação que compreenda o sujeito em sua totalidade histórica e psíquica.

A psicanálise operou uma ruptura epistemológica definitiva ao demonstrar que a sexualidade extrapola a genitalidade e a função reprodutiva, manifestando-se desde o início da vida por meio de pulsões parciais vinculadas a diferentes zonas erógenas. Ao postular a existência da sexualidade infantil, Freud (2016) rompeu com o mito da infância assexual e evidenciou que a vida sexual adulta não é um dado instintivo, mas o resultado de um complexo e contingente processo de desenvolvimento psíquico, permanentemente atravessado por mecanismos de repressão, deslocamento e sublimação. Sob essa ótica, torna-se insustentável a dicotomia rígida entre a sexualidade dita “normal” e as condutas “desviantes”, uma vez que as chamadas perversões revelam elementos que são, em última análise, constitutivos da própria estrutura pulsional humana. A sexualidade emerge, portanto, como uma dimensão autônoma da vida psíquica, que só se curva às exigências sociais e reprodutivas após um longo e, por vezes, traumático percurso de normatização e controle.

Aprofundando essa crítica ao universalismo biológico, as abordagens construtivistas demonstram que as experiências sexuais variam radicalmente conforme o contexto histórico e cultural. Como argumenta Geertz (1989), se a cultura é um sistema de significados compartilhados que orienta a interpretação do mundo, a sexualidade deve ser lida como um “texto” cultural. Essa perspectiva permite compreender que desejos, identidades e comportamentos não são prescritos pela anatomia ou fisiologia, mas são produzidos socialmente a partir de gramáticas simbólicas específicas que definem o que é possível sentir e expressar em cada época.

Nesse sentido, autores como Parker (1991) e Brandão (1995) sustentam que a sexualidade é o produto de processos históricos localizados. No cenário brasileiro, Richard Parker identifica a

coexistência de subsistemas heterogêneos que moldam o campo sexual: o patriarcalismo tradicional, as proibições religiosas, o discurso médico-higienista e a moderna ciência do sexo. Esses vetores não operam de modo isolado; eles se articulam e tensionam, produzindo uma ideologia do erotismo que é, ao mesmo tempo, plural e contraditória. É nesta complexa teia que se forjam as subjetividades brasileiras, em um embate constante entre a norma institucional e a criatividade das práticas cotidianas.

Contudo, a persistência da polarização entre a atividade masculina e a passividade feminina – marca indelével do sistema patriarcal – continua a sustentar relações simbólicas de dominação que estruturam hierarquias profundas. Como bem aponta Parker (1991), essa lógica binária ultrapassa a distinção biológica entre os sexos e organiza todo o campo da sexualidade, estabelecendo quem detém o poder e quem é submetido à vigilância. Em última análise, a sexualidade revela-se como um espaço privilegiado de disputa simbólica, onde a produção de identidades e a manutenção de normas sociais refletem, fundamentalmente, as relações de poder vigentes na estrutura da sociedade.

Compreender a sexualidade como construção social, portanto, implica reconhecer que ela é historicamente situada, culturalmente mediada e atravessada por relações de poder. Essa perspectiva fornece bases teóricas fundamentais para o diálogo com a psicanálise e para a análise das implicações da sexualidade no campo educacional, especialmente no que se refere à formação da identidade, à produção de desigualdades e ao enfrentamento de preconceitos.

4 PSICANÁLISE, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A psicanálise introduziu uma transformação radical na compreensão da sexualidade ao deslocá-la de uma concepção estritamente biológica e reprodutiva para o campo da vida psíquica. Sigmund Freud demonstrou que a sexualidade não se restringe à genitalidade nem ao ato sexual adulto, mas constitui uma dimensão fundamental do funcionamento psíquico, presente desde o nascimento e ativa ao longo de toda a vida. Essa ampliação conceitual rompeu com o paradigma essencialista que reduzia a sexualidade a um instinto natural, permitindo compreendê-la como processo complexo, atravessado por fantasias, desejos, conflitos e produções simbólicas.

Todavia, a escola historicamente operou sob a égide da repressão, atuando como uma instância de “domesticação” da vida pulsional em favor de uma moralidade reprodutiva e heteronormativa. A tensão entre as exigências pulsionais do indivíduo e as normas da cultura, descrita por Freud (1979) como inerente ao laço social, manifesta-se no ambiente escolar através do silenciamento de corpos e da patologização de comportamentos que escapam à norma.

Ao considerar a sexualidade como uma dimensão autônoma e não instintiva, a psicanálise evidencia que os “desvios” e conflitos observados no cotidiano escolar não são anomalias, mas expressões da subjetividade tentando conciliar o desejo com as interdições institucionais. Portanto, uma educação sensível à psicanálise deve abdicar de posturas meramente moralizantes para acolher a complexidade do sujeito, compreendendo que o processo de subjetivação ocorre precisamente na intersecção entre o corpo pulsional, a linguagem e as exigências do laço social educativo.

No campo educacional, a transição da sexualidade do registro biológico para o psíquico, promovida pela psicanálise, exige uma reavaliação profunda das práticas pedagógicas e do currículo oculto. Sigmund Freud demonstrou que a sexualidade, enquanto pulsão, não se restringe à genitalidade adulta, mas constitui uma força plástica e onipresente que atravessa o desenvolvimento do sujeito desde a infância. Para a educação, isso significa reconhecer que o aluno não é um “ser assexual” focado exclusivamente na cognição, mas um sujeito atravessado por investimentos libidinais que se deslocam para o conhecimento, para os vínculos com os pares e para a autoridade docente. Assim, a aprendizagem pode ser compreendida como um processo de sublimação, no qual a energia das pulsões sexuais é redirecionada para fins socialmente valorizados, como a criação artística e a investigação científica, revelando que a sexualidade é, em última análise, um princípio organizador da própria capacidade de aprender e criar.

No centro dessa formulação encontra-se o conceito de pulsão, entendido como uma força situada no limite entre o orgânico e o psíquico. Diferentemente do instinto, a pulsão não possui um objeto fixo nem um objetivo natural predeterminado, podendo sofrer deslocamentos, substituições e transformações ao longo do desenvolvimento. A sexualidade, nessa perspectiva, não se organiza automaticamente em função da reprodução, mas segue trajetórias singulares, condicionadas tanto pela dinâmica psíquica quanto pelas exigências sociais e culturais.

A libido, concebida por Freud como a energia das pulsões sexuais, permeia diversas atividades humanas que extrapolam o campo do sexual stricto sensu. Investimentos libidinais podem ser direcionados ao trabalho, às relações sociais, à criação artística e às produções culturais, evidenciando que a sexualidade não constitui uma função isolada, mas um princípio organizador da vida psíquica. Essa concepção permitiu compreender a sexualidade como elemento estruturante da subjetividade, e não como simples resposta a estímulos biológicos.

Ao investigar a relação entre indivíduo e sociedade, Freud ressaltou que a psicanálise, embora centrada na mente individual, não poderia ignorar a dimensão social da experiência humana. Conforme assinala, os vínculos sociais são atravessados por componentes libidinais, de modo que os sentimentos sociais contêm invariavelmente elementos eróticos, ainda que frequentemente recalçados

(FREUD, 2011). A repressão desses elementos, necessária à vida em sociedade, pode dar origem a conflitos psíquicos e a diferentes formas de sofrimento mental.

Nesse sentido, a psicanálise evidencia a tensão permanente entre as exigências pulsionais do indivíduo e as normas impostas pela cultura. As neuroses são compreendidas como formações sintomáticas resultantes dessa tensão, expressando tentativas de conciliação entre o desejo e a interdição social. A sexualidade, portanto, não pode ser pensada de maneira dissociada das formas de organização social, uma vez que os processos de subjetivação são produzidos na intersecção entre a vida psíquica e o laço social.

Autores pós-freudianos aprofundaram essas contribuições ao enfatizar a dimensão simbólica da sexualidade. Jacques Lacan, por exemplo, destacou o papel da linguagem e do desejo do Outro na constituição do sujeito, reforçando a ideia de que a sexualidade é mediada pelo simbólico e pela cultura. Assim, a psicanálise consolida uma concepção de sexualidade que articula corpo, *psique* e sociedade, oferecendo um referencial teórico fundamental para compreender os processos de subjetivação e suas implicações nos campos clínico, social e educacional.

5 SEXUALIDADE INFANTIL E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

A afirmação da existência da sexualidade infantil constitui uma das contribuições mais controversas e decisivas da psicanálise para a compreensão do desenvolvimento humano. Ao sustentar que a infância não é um período assexual, Freud rompeu com concepções morais e científicas que restringiam o sexual à puberdade e à função reprodutiva. Para o autor, o senso comum equivocava-se ao supor que a pulsão sexual estaria ausente na infância e surgiria apenas na maturação genital, pois, como afirma: “a pulsão sexual, cujas manifestações pudemos acompanhar desde a tenra infância, tem um desenvolvimento complexo, é composta de numerosas contribuições de fontes diversas” (FREUD, 2016, p. 81). Essa ruptura teve implicações profundas na maneira como a infância passou a ser compreendida nos campos da educação e da saúde.

Segundo a teoria pulsional, a sexualidade manifesta-se desde o nascimento por meio de pulsões parciais vinculadas a zonas erógenas (oral, anal e fálica). Freud esclarece que essas manifestações não possuem finalidade genital adulta, definindo a criança como um “perverso polimorfo”, visto que sua busca por prazer é fragmentada e não subordinada à procriação. O desenvolvimento psicosexual ocorre de maneira progressiva, mas não linear, pois “o desenvolvimento da função sexual não se dá de maneira uniforme, mas em duas etapas, interrompidas pelo chamado período de latência” (FREUD, 2016, p. 58). Fixações ou conflitos nessas fases

repercutem na vida adulta, evidenciando que a subjetividade se constitui a partir dessas experiências precoces de investimento libidinal.

Um aspecto central dessa concepção é o reconhecimento da bissexualidade psíquica, que rompe com modelos binários e naturalizados de masculinidade e feminilidade. Ao postular que todos os indivíduos apresentam tendências ativas e passivas em sua organização pulsional, a psicanálise permite que a educação problematize as expectativas normativas impostas às crianças. Como as respostas do mundo adulto – pais, educadores e instituições – às explorações lúdicas da criança podem instaurar experiências de repressão ou elaboração, o modo como a sexualidade infantil é mediada exerce papel decisivo na formação da personalidade. Freud adverte que a interdição severa pode ser prejudicial, pois “a educação não se limita a seguir o desenvolvimento, mas intervém nele, frequentemente de modo perturbador” (FREUD, 2016, p. 65).

Nesse sentido, compreender a sexualidade infantil como dimensão constitutiva do psiquismo implica repensar as práticas educativas que historicamente se orientaram pelo silenciamento. A contribuição psicanalítica ultrapassa o campo clínico ao oferecer subsídios para uma reflexão crítica sobre a educação, permitindo enfrentar preconceitos e prevenir violências simbólicas. Ao integrar esse debate ao cotidiano escolar, torna-se possível promover ambientes que reconheçam a sexualidade não como risco ou desvio, mas como elemento fundamental na construção da identidade, da autonomia e da relação com o Outro.

6 SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A compreensão da sexualidade como dimensão constitutiva da subjetividade, conforme proposto pela psicanálise, impõe desafios significativos às instituições sociais responsáveis pela formação dos indivíduos, em especial a família e a escola. Ao reconhecer que a sexualidade atravessa todas as fases do desenvolvimento humano e se manifesta para além da genitalidade e da reprodução, torna-se necessário repensar práticas educativas historicamente marcadas pelo silenciamento, pela repressão ou pela abordagem exclusivamente normativa do tema.

A família configura-se como o primeiro espaço de transmissão de valores, crenças e representações sobre a sexualidade. É no âmbito das relações familiares que a criança inicia sua experiência simbólica com o corpo, o prazer e os limites impostos pelo outro. No entanto, o conservadorismo ainda presente em muitos contextos privados dificulta o estabelecimento de diálogos abertos e esclarecedores, fazendo com que dúvidas, curiosidades e angústias relacionadas à sexualidade permaneçam reprimidas ou sejam deslocadas para outros espaços sociais.

Nesse cenário, a escola assume papel central na mediação entre o sujeito e o conhecimento socialmente produzido sobre a sexualidade. A educação sexual, quando fundamentada em abordagens críticas e interdisciplinares, pode contribuir para a prevenção de violências, da gravidez não planejada e das infecções sexualmente transmissíveis, além de favorecer o respeito à diversidade e a promoção da igualdade de gênero. Entretanto, quando reduzida a informações biológicas ou a discursos moralizantes, perde seu potencial formativo e emancipatório.

A mídia contemporânea também exerce influência decisiva na construção das representações sobre a sexualidade, especialmente entre crianças e jovens. A exposição precoce a conteúdos erotizados, muitas vezes dissociados de contextos educativos e reflexivos, pode gerar confusão, ansiedade e interpretações equivocadas. O que ocorre atualmente é o domínio da fala da sexualidade, mas essa ainda é reprimida, preconceituosa, repassada à nova geração de maneira fragmentada. Essa contradição reforça a necessidade de espaços institucionais capazes de oferecer mediação simbólica e orientação adequada.

Do ponto de vista da psicanálise, a repressão ou a desinformação em torno da sexualidade pode produzir sofrimento psíquico, uma vez que a sexualidade influencia pensamentos, sentimentos e modos de relação. A tentativa de afastar a sexualidade da esfera da reprodução estritamente biológica, destacada por diferentes estudiosos, permite compreendê-la como fenômeno predominantemente psicológico e relacional, profundamente afetado pelo contexto sociocultural e religioso no qual o indivíduo está inserido.

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (2006) define a sexualidade como aspecto central da vida humana, envolvendo prazer, intimidade, identidade e reprodução, e reconhece a educação sexual como direito fundamental vinculado à saúde física e mental. Tal definição dialoga diretamente com a perspectiva psicanalítica ao enfatizar que a sexualidade não pode ser dissociada de outros aspectos da personalidade e da vida social.

Os debates contemporâneos sobre gênero e diversidade sexual reforçam a necessidade de superar concepções naturalizadas de masculinidade e feminilidade. A diferença entre os sexos não pode pretender nenhuma característica psíquica especial, uma vez que as categorias de masculino e feminino se reduzem, do ponto de vista psicológico, às qualidades de atividade e passividade, refletindo a bissexualidade psíquica postulada pela psicanálise. Essa compreensão contribui para desestabilizar modelos binários e normativos que sustentam desigualdades e exclusões no campo educacional.

Dessa forma, pensar a sexualidade à luz da psicanálise implica reconhecer sua complexidade e sua centralidade na constituição do sujeito, bem como assumir o compromisso ético de construir

práticas educativas mais acolhedoras, informadas e críticas. A articulação entre família, escola e sociedade torna-se fundamental para promover uma educação sexual que respeite o desenvolvimento psíquico, enfrente preconceitos e contribua para a formação de sujeitos mais autônomos e conscientes de seus direitos.

7 CONCLUSÃO

O presente artigo propôs analisar a construção histórica e psicanalítica do conceito de sexualidade humana, com ênfase na sexualidade infantil e em suas implicações para o campo educacional. Ao longo do desenvolvimento teórico, buscou-se demonstrar que a sexualidade não pode ser compreendida como fenômeno exclusivamente biológico ou restrito à função reprodutiva, mas como dimensão constitutiva da subjetividade, historicamente situada e culturalmente mediada.

A abordagem histórica evidenciou que a sexualidade foi, em diferentes períodos, regulada por discursos morais, religiosos e científicos que produziram normas, silenciamentos e hierarquizações, especialmente no que diz respeito às relações de gênero. Nesse contexto, a emergência da psicanálise representou uma inflexão fundamental ao deslocar a sexualidade para o campo da vida psíquica, reconhecendo sua presença desde a infância e sua centralidade na constituição do sujeito.

Ao articular a perspectiva psicanalítica com a compreensão da sexualidade como construção social, o artigo destacou que práticas, valores e significados sexuais não são naturais ou universais, mas produzidos nas relações sociais e nos contextos culturais. Essa articulação permitiu problematizar concepções normativas e biologizantes ainda predominantes, evidenciando a complexidade dos processos de subjetivação e dos vínculos entre indivíduo e sociedade.

A discussão da sexualidade infantil revelou-se central para o alcance dos objetivos do estudo, ao demonstrar que o reconhecimento dessa dimensão não implica sua erotização, mas o entendimento de que a relação da criança com o corpo, o prazer e o outro participa ativamente da formação da identidade e dos vínculos afetivos. As respostas do mundo adulto às manifestações da sexualidade infantil assumem, portanto, papel decisivo na constituição psíquica, podendo favorecer processos de elaboração ou, ao contrário, produzir experiências de repressão e culpa.

No campo educacional, a análise realizada evidencia que a psicanálise oferece importantes subsídios teóricos para a construção de abordagens mais críticas, reflexivas e acolhedoras da sexualidade. Ao superar discursos moralizantes e reducionistas, torna-se possível enfrentar preconceitos, silenciamentos e desinformações ainda presentes nas práticas educativas. Conclui-se, assim, que pensar a sexualidade à luz da psicanálise contribui não apenas para o aprofundamento

teórico do tema, mas também para a promoção de uma educação comprometida com o desenvolvimento psíquico, a formação subjetiva e o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria do Carmo. O corpo e a sexualidade. Recife: Ed. UFPE, 1995.

DUBY, Georges. Amor e sexualidade no Ocidente. Lisboa: Terramar, 1993.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu [1921]. In: FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920–1923). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13–113. (Obras completas, v. 15).

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade [1905]. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização [1930]. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Sexual and reproductive health. Geneva: WHO, 2006.

PARKER, Richard. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1995.